



1ª. CONFERÊNCIA: O SIGNIFICADO DA PALAVRA *PARRHESIA*

A palavra *parrhesia* aparece pela primeira vez na literatura grega em Eurípedes (ca. 484-407 a.C.) e ocorre através do antigo mundo grego das letras desde o fim do século 5 a.C., mas pode ser encontrada ainda em textos patrísticos escritos no fim do quarto e durante o século 5 d.C. dúzias de vezes – por exemplo, em João Crisóstomo (345-407).

Há três formas da palavra: a forma nominal *parrhesia*; a forma verbal *parrhesiazomai*; e há também a palavra *parrhesiastes* – que não é muito frequente e não pode ser encontrada nos textos clássicos. Ao contrário, encontra-se apenas no período greco-romano – em Plutarco e Luciano, por exemplo. Num diálogo de Luciano, “Os Mortos vem à vida, ou O Pescador”, um dos personagens tem também o nome *Parrhesiades*.

Parrhesia é comumente traduzido para o inglês como *free speech*, em francês por *franc-parler* e em alemão por *Freimüthigkeit*. *Parrhesiazomai* é usar a *parrhesia*, e o *parrhesiastes* é quem usa a *parrhesia*, i.e. é aquele que fala a verdade.

Na primeira parte do seminário de hoje eu gostaria de oferecer uma visão global acerca do significado da palavra *parrhesia* e da evolução de seu significado através da cultura grega e romana.

1. *Parrhesia* e Franqueza

Para começar, qual é o significado geral da palavra *parrhesia*? Etimologicamente, *parrhesiazesthai* significa *dizer tudo* – de *pan* (tudo) e *rhema* (o que é dito). Aquele que usa a *parrhesia*, o *parrhesiastes*, é alguém que diz tudo o que tem em mente: ele não esconde nada, mas abre seu coração e sua mente completamente para outras pessoas através de seu discurso. Na *parrhesia*, presume-se que o falante dê um relato completo e exato do que tem em mente, de modo que a audiência seja capaz de compreender exatamente o que aquele que fala pensa. A palavra *parrhesia* então se refere a um tipo de relação entre o falante e o que ele diz. Pois na *parrhesia* o falante torna manifestamente claro e óbvio que o que ele diz é a sua própria opinião. E ele faz isso evitando qualquer tipo de forma retórica que pudesse velar o que ele pensa. Ao invés disso, o *parrhesiastes* usa as palavras e formas de expressão mais diretas que ele puder encontrar. Enquanto a retórica mune o orador com dispositivos técnicos para ajudá-lo a prevalecer sobre as mentes de sua audiência (independentemente da própria opinião do retórico concernente ao que ele diz), na *parrhesia*, o *parrhesiastes* age sobre a mente das outras pessoas mostrando a elas, tão diretamente quanto possível, o que ele realmente acredita.

Se distinguirmos entre o assunto falado (o tema da enunciação) e o tema gramatical do que é anunciado, podemos dizer que há também o tema do *enunciandum* – que se refere à crença sustentada ou opinião do falante. Na *parrhesia* o falante enfatiza o fato de que ele tanto é o tema da enunciação quanto do *enunciandum* – que ele próprio é o tema da opinião à qual se refere. A “atividade de fala” específica da enunciação *parrhesiástica* toma, assim, a forma: “Eu sou aquele que pensa isto ou aquilo”.

Eu uso a frase “atividade de fala” (*speech activity*) ao invés do “ato de fala” (*speech act*) de John Searle (ou do “proferimento performativo” – *performative utterance* – de Austin) de modo a distinguir o proferimento *parrhesiástico* e seus compromissos dos tipos usuais de compromissos obtidos entre alguém e o que ele ou ela diz. Pois, como deveremos ver, o compromisso envolvido na *parrhesia* está ligado a certa situação social, a uma diferença de status entre o falante e sua audiência, o fato de

que o *parrhesiastes* diz algo que é perigoso para si mesmo e, assim, envolve um risco, e assim por diante.

2. Parrhesia e Verdade

Há dois tipos de *parrhesia* que devemos distinguir. Primeiro, há o sentido pejorativo da palavra não muito distante de “tagarelice” e que consiste em dizer qualquer coisa ou tudo que se tem à mente sem distinção. Esse sentido pejorativo ocorre em Platão, por exemplo, como uma caracterização da má constituição democrática onde tudo mundo tem o direito de se dirigir aos seus concidadãos para lhes dizer qualquer coisa – mesmo as mais estúpidas ou perigosas coisas para a cidade. Esse sentido pejorativo é também achado mais frequentemente na literatura cristã, na qual tal *parrhesia* “má” se opõe ao silêncio como uma disciplina ou uma condição exigida para a contemplação de Deus. Como atividade verbal que reflete cada movimento do coração e da mente, a *parrhesia* neste sentido negativo é obviamente um obstáculo para a contemplação de Deus.

Na maior parte do tempo, entretanto, a *parrhesia* não tem esse sentido pejorativo nos textos clássicos, mas antes o oposto. *Parrhesiazesthai* significa “dizer a verdade”. Mas o *parrhesiastes* diz o que ele pensa ser a verdade, ou ele diz o que é realmente verdadeiro? Para mim, o *parrhesiastes* diz o que é verdadeiro porque ele sabe o que é o verdadeiro; e ele sabe que isso é verdadeiro porque é realmente verdadeiro. O *parrhesiastes* não é apenas sincero e diz qual é a sua opinião, mas sua opinião é também a verdade. Ele diz o que sabe ser verdadeiro. A segunda característica da *parrhesia* então é que há sempre uma exata coincidência entre a crença e a verdade.

Seria interessante comparar a *parrhesia* grega com a moderna (cartesiana) concepção de evidência. Pois, desde Descartes, a coincidência entre crença e verdade é obtida através de uma experiência de evidência (mental). Para os gregos, entretanto, a coincidência entre crença e verdade não ocorre numa experiência (mental), mas numa atividade verbal, a saber, a *parrhesia*. Parece que a *parrhesia*, em seu sentido grego, não pode mais ocorrer em nossa estrutura epistemológica moderna.

Devo acentuar que nunca encontrei qualquer texto na cultura grega no qual o *parrhesiastes* parece ter qualquer dúvida sobre sua própria posse da verdade. E, inclusive, esta é a diferença entre o problema cartesiano e a atitude parrhesiástica. Pois,

antes de Descartes obter a indubitável evidência clara e distinta, ele não está certo de que aquilo no que crê é, de fato, verdadeiro. Na concepção grega de *parrhesia*, entretanto, não parece haver problema quanto à aquisição da verdade, já que tal posse da verdade é garantida pela posse de certas qualidades morais: quando alguém tem certas qualidades morais, então esta é a prova de que ele tem acesso à verdade – e vice-versa. O jogo parrhesiástico pressupõe que o *parrhesiastes* seja alguém que tem as qualidades morais que são exigidas, primeiro, para saber a verdade, e segundo, para transmitir tal verdade a outros.

Se há um tipo de “prova” da sinceridade do *parrhesiastes*, ela é a sua coragem. O fato de que um falante diz algo perigoso – diferente do que crê a maioria – é uma forte indicação de que ele é um *parrhesiastes*. Se propusermos a questão de como podemos saber se alguém é alguém que diz a verdade, propomos duas questões. Primeiro, como é que podemos saber se algum indivíduo particular é alguém que diz a verdade; e, em segundo lugar, como é que o suposto *parrhesiastes* pode estar certo de que aquilo no que ele crê é, de fato, verdade. A primeira questão – reconhecer alguém como um *parrhesiastes* – era muito importante na sociedade greco-romana e, como iremos ver, foi explicitamente levantada e discutida por Plutarco, Galeno e outros. A segunda questão cética, entretanto, é uma particularmente moderna que, creio eu, é estranha aos gregos.

3. *Parrhesia* e Perigo

Diz-se que alguém usa a *parrhesia* e merece ser considerado como um *parrhesiastes* apenas se há para ele, ou ela, um risco ou um perigo em dizer a verdade. Por exemplo, a partir da perspectiva grega antiga, um professor de gramática pode dizer a verdade para as crianças que ele ensina, e inclusive pode não ter dúvidas de o que ele ensina é verdadeiro. Mas, apesar dessa coincidência entre crença e verdade, ele não é um *parrhesiastes*. Entretanto, quando um filósofo se dirige ao soberano, a um tirano, e lhe diz que sua tirania é perturbadora e desagradável porque a tirania é incompatível com a justiça, então o filósofo diz a verdade, crê que está dizendo a verdade e, mais que isso, também se arrisca (já que o tirano pode se enfurecer, pode puni-lo, pode exilá-lo, pode matá-lo). E essa era exatamente a situação de Platão com Dioniso em Siracusa – sobre a qual há muito interessantes referências na *Sétima Carta*, de Platão, e também na *Vida de Díon*, de Plutarco. Espero que estudemos esses textos mais tarde.

Portanto, como veem, o *parrhesiastes* é alguém que assume um risco. É claro, esse risco não é sempre um risco de vida. Quando, por exemplo, alguém vê um amigo fazendo algo errado e se arrisca a incorrer em sua ira dizendo que ele está errado, esse alguém está agindo como um *parrhesiastes*. Em tal caso, ele não arrisca a sua vida, mas pode ferir <seu amigo> com suas observações, e sua amizade pode conseqüentemente sofrer por isso. Se, num debate político, um orador se arrisca a perder sua popularidade porque suas opiniões são contrárias à opinião da maioria, ou suas opiniões podem conduzir a um escândalo político, ele usa a *parrhesia*. A *parrhesia* então está ligada à coragem em face do perigo: exige-se coragem para falar a verdade apesar de algum perigo. E, em sua forma extrema, dizer a verdade ocorre num “jogo” de vida ou morte.

É porque o *parrhesiastes* deve assumir um risco falando a verdade que o rei ou o tirano em geral não pode usar a *parrhesia*: pois este não arrisca nada.

Quando se aceita o jogo *parrhesiástico* no qual a própria vida está exposta, se está começando uma relação específica consigo mesmo: arrisca-se a morrer ao dizer a verdade ao invés de repousar na segurança de uma vida na qual a verdade permanece não dita. É claro, a ameaça de morte vem do Outro, e por isso se exige uma relação consigo mesmo: ele prefere a si mesmo enquanto alguém que diz a verdade ao invés de viver sendo alguém que é falso para consigo mesmo.

4. *Parrhesia* e Criticismo

Se, durante um julgamento, alguém diz algo que pode ser usado contra si mesmo, pode não estar usando a *parrhesia* apesar do fato de que é sincero, de que crê que o que diz é verdade, e que está pondo em risco a si próprio assim falando. Pois, na *parrhesia*, o perigo vem sempre do fato de que a verdade dita é capaz de ferir ou enfurecer o interlocutor. Assim, a *parrhesia* é sempre um “jogo” entre aquele que fala a verdade e o interlocutor. A *parrhesia* envolvida, por exemplo, pode ser um conselho para que o interlocutor se comporte de certa maneira ou que ele está errado no que pensa, ou no modo que ele age, e assim por diante. Ou a *parrhesia* pode ser uma confissão para alguém que exerce poder sobre ele e é capaz de censurá-lo ou puni-lo pelo que fez.

Como veem, a função da *parrhesia* não é demonstrar a verdade a outrem, mas tem função crítica: crítica do interlocutor ou do próprio falante. “Isso é o que você faz e o que você pensa; mas isso é o que você não deveria fazer e não deveria pensar”. “Esse é o

modo que se comporta, mas aquele é o modo pelo qual você deveria se comportar”. “Isso é o que fiz e eu estava errado fazendo tal coisa”. *Parrhesia* é uma forma de criticismo, seja em relação a outro ou em relação a si mesmo, mas sempre numa situação onde o falante ou confessor está numa posição de inferioridade com relação ao interlocutor. O *parrhesiastes* é sempre menos poderoso que aquele com quem ele ou ela fala. A *parrhesia* vem “de baixo”, por assim dizer, e é direcionada para “cima”. Eis a razão pela qual um grego antigo não diria que um professor ou pai que critica uma criança usa a *parrhesia*. Mas, quando um filósofo critica um tirano, quando um cidadão critica a maioria, quando um aluno critica seu professor ou sua professora, então tais pessoas que falam podem estar usando a *parrhesia*.

Isso não implica, entretanto, que qualquer um pode usar a *parrhesia*. Pois, embora haja um texto em Eurípides onde um servo usa a *parrhesia*, na maior parte do tempo o uso da *parrhesia* exige que o *parrhesiastes* conheça sua própria genealogia, seu próprio status; i.e. usualmente se deve primeiro ser um cidadão do sexo masculino para falar a verdade como um *parrhesiastes*. Inclusive, alguém que esteja privado da *parrhesia* está na mesma situação de um escravo na medida em que ele ou ela não pode tomar parte na vida política da cidade, nem participar do “jogo parrhesiástico”. Na “*parrhesia* democrática” – na qual se fala à assembleia, a *ekklesia* – deve-se ser um cidadão; de fato, deve-se ser um dos melhores entre os cidadãos, possuindo aquelas qualidades pessoais, morais e sociais específicas que garantem o privilégio de falar.

Entretanto, o *parrhesiastes* põe em risco seu privilégio de falar livremente quando descortina uma verdade que ameaça a maioria. Pois esta era uma situação judicial bem conhecida, em que líderes atenienses eram exilados apenas porque propunham algo que era oposto à maioria, ou mesmo porque a assembleia pensava que a forte influência de certos líderes limitava a própria liberdade. A assembleia era, dessa maneira, “protegida” contra a verdade. Esse, então, é o pano de fundo institucional da “*parrhesia* democrática” – que deve ser distinguida da “*parrhesia* monárquica”, em que um conselheiro dá ao soberano um conselho honesto e útil.

5. *Parrhesia* e Dever

A última característica da *parrhesia* é esta: na *parrhesia*, dizer a verdade é considerado um dever. O orador que fala a verdade para aqueles que não podem aceitar

essa verdade, por exemplo, e que pode ser exilado, ou punido de alguma forma, é livre para manter o silêncio. Ninguém o força a falar; mas ele sente que é seu dever fazer tal. Quando, por outro lado, alguém é compelido a dizer a verdade (como, por exemplo, sob a coerção de tortura), então seu discurso não é um proferimento *parrhesiástico*. Um criminoso que é forçado por seus juízes a confessar seu crime não usa a *parrhesia*. Mas se voluntariamente confessa seu crime a alguém sem o sentido de obrigação moral, então ele realiza um ato parrhesiástico para criticar um amigo que não reconhece seu erro, ou na medida em que é um dever para com a cidade ajudar um rei a melhorar a si mesmo como um soberano. A *parrhesia* é assim relacionada à liberdade e ao dever.

Para resumir o que foi dito anteriormente, a *parrhesia* é um tipo de atividade verbal em que o falante tem uma relação específica com a verdade através da franqueza, uma certa relação com a sua própria vida através do perigo, um certo tipo de relação para consigo mesmo através do criticismo (autocrítica ou crítica às outras pessoas) e uma relação específica para com a lei moral através da liberdade e do dever. Mais precisamente, a *parrhesia* é uma atividade verbal na qual um falante expressa sua relação pessoal com a verdade e arrisca sua vida porque reconhece o ato de dizer a verdade como um dever para melhorar ou ajudar outras pessoas (assim como a si mesmo). Na *parrhesia*, o falante usa sua liberdade e escolhe a franqueza ao invés da persuasão, a verdade ao invés da falsidade ou do silêncio, o risco de morte ao invés da vida e da segurança, o criticismo ao invés da bajulação, e o dever moral ao invés do interesse próprio e da apatia moral.

Esse, então, muito geralmente, é o sentido positivo da palavra *parrhesia* na maioria dos textos gregos em que ela ocorre, do século 5 a.C. até o século 5 d.C.

A EVOLUÇÃO DA PALAVRA *PARRHESIA*

O que eu gostaria de fazer neste seminário não é estudar e analisar todas as dimensões e características da *parrhesia*, mas antes mostrar e enfatizar alguns aspectos da evolução do jogo parrhesiástico na cultura antiga, desde o século 5 a.C. até o começo da cristandade. E penso que podemos analisar esta evolução a partir de três pontos de vista.

1. *Parrhesia* e Retórica

O primeiro concerne à relação da *parrhesia* com a retórica – uma relação que é problemática mesmo em Eurípides. Na tradição socrático-platônica, a *parrhesia* e a retórica estão em forte oposição; e esta oposição aparece muito claramente no *Górgias*, por exemplo, onde a palavra *parrhesia* ocorre. O discurso longo e contínuo é um artifício retórico ou sofístico, enquanto o diálogo por meio de questões e respostas é típico da *parrhesia*; i.e. o diálogo é uma técnica maior para se jogar o jogo parrhesiástico.

A oposição entre *parrhesia* e retórica também atravessa o *Fedro* – no qual, como vocês sabem, o problema principal não é sobre a natureza da oposição entre fala e escrita, mas concerne à diferença entre o *logos* que fala a verdade e o *logos* que não é capaz de tal dizer da verdade. Essa oposição entre *parrhesia* e retórica, que é tão nítida no século 4 a.C. através dos escritos de Platão, irá durar por séculos na tradição filosófica. Em Sêneca, por exemplo, encontra-se a ideia de que as conversas pessoais são o melhor veículo para o falar franco e o dizer da verdade, na medida em que se pode dispensar, em tais conversas, a necessidade de artifícios retóricos e ornamentação. E mesmo durante o século 2 d.C. a oposição cultural entre retórica e filosofia é ainda muito clara e importante.

Entretanto, se pode encontrar também alguns sinais da incorporação da *parrhesia* ao campo da retórica na obra de retóricos do começo do Império. Por exemplo, em sua *Institutio Oratoria* (Livro IX, Capítulo II), Quintiliano explica que algumas figuras retóricas são especificamente adaptadas para intensificar as emoções da audiência; e tais figuras técnicas ele chama pelo termo *exclamatio*. Relacionada a essas exclamações há um tipo de exclamação natural que, nota Quintiliano, não é “simulada ou projetada pela arte”. Esse tipo natural de exclamação ele chama de “fala livre” (*libera oratione*) que, nos diz ele, era chamada “licença” (*licentia*) por Cornificius e *parrhesia* pelos gregos. A *parrhesia* é assim um tipo de “figura” entre as figuras retóricas, mas com esta característica: que é sem qualquer figura, já que é completamente natural. A *parrhesia* é o grau zero daquelas figuras retóricas que intensificam as emoções da audiência.

2. *Parrhesia* e Política

O segundo aspecto importante da evolução da *parrhesia* está relacionado ao

campo político. Como aparece em peças de Eurípides e também em textos do século 4 a.C., a *parrhesia* é uma característica essencial da democracia ateniense. É claro, ainda temos de investigar o papel da *parrhesia* na constituição ateniense. Mas podemos dizer em termos bem gerais que a *parrhesia* era a diretriz para a democracia, assim como uma atitude ética e pessoal característica do bom cidadão. A democracia ateniense era definida muito explicitamente como uma constituição (*politeia*) na qual as pessoas desfrutavam *demokratia*, *isegoria* (o igual direito de fala), *isonomia* (a igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder) e *parrhesia*. A *parrhesia*, que é um requisito para a fala pública, toma lugar entre os cidadãos como indivíduos e também entre cidadãos constituídos como uma assembleia. Além disso, a ágora é o lugar onde a *parrhesia* aparece.

Durante o período helenístico esse sentido político muda com o surgimento das monarquias helênicas. A *parrhesia* agora se torna centrada na relação entre o soberano e seus conselheiros ou homens da corte. Na constituição monárquica do estado, é dever do conselheiro usar a *parrhesia* para ajudar o rei em suas decisões, e preveni-lo quanto ao abuso de poder. A *parrhesia* é necessária e útil tanto para o rei e o povo sob seu mando. O próprio soberano não é um *parrhesiastes*, mas a pedra de toque do bom governante é sua habilidade para tomar parte do jogo parrhesiástico. Assim, um bom rei aceita tudo o que um genuíno *parrhesiastes* lhe diz, mesmo se se tornar desagradável ouvir críticas sobre suas decisões. Um soberano se mostra um tirano se ele desconsidera seus conselheiros honestos ou os pune pelo que disseram. O retrato de um soberano, para a maioria dos historiadores gregos, leva em consideração o modo que ele se comporta em relação aos seus conselheiros – como se tal comportamento fosse o indício de sua habilidade de ouvir o *parrhesiastes*.

Há também uma terceira categoria de jogadores do jogo parrhesiástico da monarquia, a saber, a maioria silenciosa: as pessoas em geral que não estão presentes às trocas de ideias entre o rei e seus conselheiros, mas para quem, e a favor de quem, os conselheiros se referem quando oferecendo conselho ao rei.

O lugar onde a *parrhesia* aparece no contexto do governo monárquico é a corte do rei, e não mais a ágora.

3. *Parrhesia* e Filosofia

Finalmente, a evolução da *parrhesia* pode ser traçada através de sua relação com o campo da filosofia – considerada como uma arte de vida (*techne tou biou*).

Nos escritos de Platão, Sócrates aparece no papel de *parrhesiastes*. Embora a palavra *parrhesia* apareça diversas vezes em Platão, ele nunca usa a palavra *parrhesiastes* – uma palavra que aparece tardiamente como parte do vocabulário grego. E embora o papel de Sócrates seja tipicamente parrhesiástico, pois ele constantemente confronta os atenienses nas ruas e, como observado na *Apologia*, mostra-lhes a verdade, ordenando-os a preocupar-se com a sabedoria, a verdade e a perfeição de suas almas. No *Primeiro Alcibíades*, Sócrates também assume um papel parrhesiástico, pois, enquanto os todos os amigos e amantes de Alcibíades o adulam em sua tentativa de obter seus favores, Sócrates arrisca-se a provocar a ira de Alcibíades quando lhe conduz a esta ideia: que antes que Alcibíades seja capaz de realizar o que ele está tão empenhado em atingir, a saber, tornar-se o primeiro entre os atenienses a governar Atenas e se tornar mais poderoso que o rei da Pérsia, que antes que seja capaz de cuidar dos atenienses, ele deve primeiro cuidar de si mesmo. A *parrhesia* filosófica é assim associada ao tema do cuidado de si (*epimeleia heautou*).

No tempo dos epicuristas, a afinidade da *parrhesia* com o cuidado de si se desenvolveu ao ponto da própria *parrhesia* ser considerada como uma *techne* de guiamento espiritual para a “educação da alma”. Philodemo (110-140 a.C.), por exemplo, que, junto com Lucrecio (99-55 BC), foi um dos mais importantes escritores epicuristas durante o século 1 d.C., escreveu um livro sobre a *parrhesia* que concerne às técnicas práticas úteis para ensinar e ajudar aos outros na comunidade epicurista. Examinaremos algumas dessas técnicas parrhesiásticas tal como eles as desenvolveram, por exemplo, nas filosofias estoicas de Epicteto, Sêneca e outros.